## **LEI N. 3.131, DE 28 DE AGOSTO DE 2023**

(DOM 28.8.2023 - N. 5659, ANO XXIV)

**CONSIDERA** de Utilidade Pública o Instituto Central das Entidades Associativas do Brasil (ICEAB).

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

### LEI:

- **Art. 1.º** Fica considerado de Utilidade Pública o Instituto Central das Entidades Associativas do Brasil (ICEAB), entidade sem fins lucrativos, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n. 48.835.567/0001-04, com sede e foro na cidade de Manaus, localizado na Rua dos Guianais, n. 15-A, Bairro Cidade Nova, CEP: 69.090-730.
- **Art. 2.º** A Utilidade Pública prevista no art. 1.º desta Lei aplica-se, no que couber, no âmbito do município de Manaus, responsabilizando-se a Prefeitura de Manaus pelas providências necessárias ao cumprimento da presente legislação.
  - Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 28 de agosto de 2023.

# DAVID ANTÔNIO ABISAI PEREIRA DE ALMEIDA

Prefeito de Manaus

Este texto não substitui o publicado no DOM, de 28.8.2023 - Edição n. 5659, Ano XXIV.

Manaus, segunda-feira, 28 de agosto de 2023.

Ano XXIV, Edição 5659 - R\$ 1,00

# **Poder Executivo**

### LEI N. 3.131, DE 28 DE AGOSTO DE 2023

**CONSIDERA** de Utilidade Pública o Instituto Central das Entidades Associativas do Brasil (ICEAB).

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

#### LEI:

Art. 1.º Fica considerado de Utilidade Pública o Instituto Central das Entidades Associativas do Brasil (ICEAB), entidade sem fins lucrativos, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n. 48.835.567/0001-04, com sede e foro na cidade de Manaus, localizado na Rua dos Guianais, n. 15-A, Bairro Cidade Nova, CEP: 69.090-730.

Art. 2.º A Utilidade Pública prevista no art. 1.º desta Lei aplica-se, no que couber, no âmbito do município de Manaus, responsabilizando-se a Prefeitura de Manaus pelas providências necessárias ao cumprimento da presente legislação.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 28 de agosto de 2023.



#### **DECRETO DE 28 DE AGOSTO DE 2023**

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. I da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto datado publicado na Edição nº 4.791 do Diário Oficial do Município de 04-03-2020, que homologou o Resultado Final do Concurso Público – Edital nº 01/2019 – Prefeitura de Manaus, para provimento de cargos efetivos e Formação de Cadastro Reserva para o cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais, estabelecido na Lei nº 1.955, de 29 de dezembro de 2014, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores da Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação – SEMEF;

CONSIDERANDO o disposto no Parecer nº 053/2022 – ASTEC/T/SEMEF, acolhido pela Secretária Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação;

CONSIDERANDO o disposto no Memorando nº 030/2023 – ASTEC/T/SEMEF, que solicita a possibilidade do chamamento de 05 (cinco) candidatos aprovados no Concurso Público;

**CONSIDERANDO** o Decreto datado publicado na Edição nº 5.636, página 04, do Diário Oficial do Município de 26-07-2023, que alterou a classificação dos candidatos aprovados no Concurso em virtude de solicitação para final de fila:

**CONSIDERANDO** o Despacho subscrito pela Subsecretária de Orçamento e Projetos/SUBORP – SEMEF, que opina pelo deferimento do pleito;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 1.798/2023 – GS/SEMEF e o que consta nos autos do Processo nº 2023.11209.15441.0.061599 (Siged) (Volume 1), resolve

NOMEAR, nos termos do art. 11, inc. I, da Lei nº 1.118, de 01-09-1971 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, os candidatos identificados no Anexo Único deste Decreto, aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 01/2019 – Prefeitura de Manaus, para exercerem, em caráter efetivo, o cargo especificado pertencente ao quadro de pessoal da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SEMEF, objeto da Lei nº 1.955, de 29 de dezembro de 2014.



### **ANEXO ÚNICO**

CARGO: A01 – AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS		
CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
RAMON ISAMU MIWA	0019584e	57°
JOAO PAULO MOURA BARATA	0019166i	58°
MARIANA HERMINIA DA COSTA	0016104e	59°
ARTHUR DA COSTA MARINHO	0019640k	60°
THALES DE ASSIS CARVALHO	0017150f	61°

### PORTARIA POR DELEGAÇÃO Nº 791/2023-GS

**AUTORIZAR** o afastamento de dirigente e designa substituto.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. II, da Lei Orgânica do Município de Manaus;

**CONSIDERANDO** a delegação de competência firmada pelo Prefeito de Manaus no Decreto nº 5.302, publicado na Edição 5333 do DOM de 02-05-2022;